



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa – 27/maio/2007

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. São proibidas quaisquer consultas.
7. Não rubrique, nem rasure a Folha de Respostas, do contrário será anulada a prova.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. É proibido o uso de corretivos.
10. Fica proibido, durante a prova, o uso de aparelhos eletrônicos ou telefones celulares.
11. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas. Caso deseje fumar, deverá, solicitar o acompanhamento de fiscal para saída da sala.
12. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
13. A prova tem duração de quatro (04) horas.
14. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíz ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO – Presidente do Tribunal e da Comissão do Concurso
Juíza VANIA PARANHOS
Advogado JORGE PINHEIRO CASTELO – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Juíz SÉRGIO WINNIK – Presidente da Comissão
Juíza CÁTIA LUNGOV
Advogado ANTONIO ROBERTO DA VEIGA – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 29 de maio de 2007, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como, na Internet e no site do TRT (www.trt02.gov.br).

51- O empregado ajuíza reclamação trabalhista e, para garantia contra eventual insolvência da reclamada, inclui os sócios no pólo passivo. Nessa conjuntura, é correto afirmar que:

- a) O sócio somente pode ser executado quando expressamente constar esta qualidade em certidão da Junta Comercial e desde que figure no título executivo, sob pena de ferir-se o direito constitucional de ampla defesa.
- b) A pessoa jurídica responde pelos débitos trabalhistas e, sendo solvente, detém legitimidade exclusiva para figurar no pólo passivo da reclamação, sem prejuízo de se atribuir responsabilidade ao sócio em fase de execução, caso sobrevenha inadimplência da empresa no curso da ação.
- c) Mediante juntada de certidão da Junta Comercial a comprovar a qualidade de sócio, este sempre será admitido no pólo passivo da reclamação trabalhista, pois o direito processual do trabalho tutela o trabalhador na busca da satisfação de seu crédito.
- d) A pessoa jurídica responde pelos débitos trabalhistas e, sendo solvente, detém legitimidade para figurar no pólo passivo da reclamação ao lado do sócio gerente, que admite, dirige e assalaria os empregados pessoalmente, detendo o risco da atividade econômica.
- e) O direito constitucional de ação garante ao trabalhador ajuizar a reclamação trabalhista contra a empresa ou sócios, conforme seja de sua conveniência para melhor defender os créditos pretendidos.

52- Assinalar a alternativa incorreta:

- a) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias. Designados dois ou mais lugares, cabe ao credor escolher entre eles.
- b) Se o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde situado o bem.
- c) Ocorrendo motivo grave para que não se efetue o pagamento no lugar determinado, poderá o devedor fazê-lo em outro, sem prejuízo para o credor.
- d) O pagamento reiteradamente efetuado em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo imediatamente.

53 – Assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de experiência, sendo modalidade do contrato de trabalho por prazo determinado, não poderá exceder três meses.
- b) O contrato de trabalho temporário jamais poderá exceder três meses, sob pena de passar a vigorar sem determinação de prazo.

- c)O contrato de trabalho por prazo determinado será de no máximo dois anos, podendo ser prorrogado por escrito quando necessário.
- d)Findo o contrato de experiência, readmitido o empregado dentro dos seis meses seguintes, considerar-se-á o novo contrato por prazo indeterminado.
- e)Findo o contrato porque executados os serviços especializados que o justificaram, nova contratação somente se dará sem estipulação de prazo.

54- É facultado à Administração anular ex officio os próprios atos:

- a)por motivo de oportunidade.
- b)por motivo de conveniência.
- c)independentemente de qualquer motivo.
- d)opor motivo de legalidade.
- e)Em nenhuma das hipóteses mencionadas.

55- Assinale a afirmativa correta:

- a)A empresa pública é pessoa dotada de personalidade jurídica de direito privado e de direito público.
- b)A empresa pública é pessoa jurídica de direito público.
- c)A empresa pública é pessoa jurídica de direito misto.
- d)A empresa pública é entidade dotada de personalidade específica.
- e)A empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.

56- A sociedade empresarial dissolve-se de pleno direito quando ocorrer:

- I-O vencimento do prazo de duração salvo se, vencido este e sem oposição do sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- II-O consenso unânime dos sócios.
- III-A falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 dias e a extinção na forma da lei, de autorização para funcionar.
- IV-A deliberação dos sócios por maioria simples na sociedade de prazo indeterminado e pela declaração de falência.

Assinale a alternativa correta:

- a)Todas as alternativas estão corretas
- b)Todas as alternativas estão incorretas.
- c)Apenas a alternativa IV é incorreta.
- d)São incorretas as alternativas IV e III
- e)Apenas a alternativa I é correta.

57 – A Emenda Constitucional 45/04 ampliou a competência material da Justiça do Trabalho que, mantendo o poder normativo, passou a processar e julgar também os litígios que versam sobre representação sindical. Diante dessa nova perspectiva, delinea-se a competência funcional dos órgãos julgadores desta 2ª Região, a saber:

a) Cabe à Vara do Trabalho o julgamento de ações que versam sobre a representatividade sindical, assim como ações anulatórias de convenção coletiva, pois dizem respeito a pendência entre pessoas jurídicas de direito privado e anulação de negócio jurídico entre elas entabulado. O recurso ordinário dirige-se a uma das Turmas do Tribunal Regional.

b) Cabe à Vara do Trabalho o julgamento de ações que versam sobre a representatividade sindical, pois dizem respeito a pendência entre pessoas jurídicas de direito privado, e à Seção Especializada em Dissídio Coletivo as ações anulatórias de convenção coletiva, porque assim dispõe o Regimento Interno do TRT/2ª Região. O recurso ordinário será dirigido a uma das Turmas do Tribunal Regional, ou à Seção Especializada em Dissídio Coletivo do TST, respectivamente.

c) Cabe à Seção Especializada em Dissídio Coletivo do TRT tanto o julgamento das ações que versam sobre a representatividade sindical, como das ações anulatórias de convenção coletiva, em face do conteúdo coletivo presente em ambos os casos. O recurso ordinário, em ambos os casos, será dirigido ao Pleno do TST, conforme dispõe seu Regimento Interno.

d) Cabe à Seção Especializada em Dissídio Coletivo do TRT o julgamento das ações que versam sobre a representatividade sindical, em face do interesse coletivo que envolvem, e à Vara do Trabalho o das ações anulatórias de convenção coletiva, porque negócio entabulado entre pessoas jurídicas de direito privado. No primeiro caso, cabe recurso de revista a uma das Turmas do TST e, no segundo, recurso ordinário a uma das Turmas do TRT.

e) Todas as alternativas estão incorretas, porque a Constituição da República garante o reconhecimento das convenções coletivas de trabalho que, portanto, não são passíveis de anulação.

58- O habeas corpus pode ser classificado como:

a) liberatório ou preventivo.

b) resolutivo ou punitivo.

c) suspensivo ou coletivo.

d) individual ou coletivo.

e) coletivo ou difuso.

59- Assinale a alternativa correta:

- a) é incabível a reconvenção na execução trabalhista.
- b) o juiz do trabalho pode denegar seguimento ao recurso ordinário se a matéria nele ventilada contrariar súmula da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) desnecessário o depósito a que alude o artigo 899, parágrafo 1º, da CLT em caso de recurso adesivo.
- d) o prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia.
- e) a citação do devedor, para o processo de execução, tanto pode ser feita pessoalmente ao executado, quanto na pessoa de seu preposto ou advogado, só não se admitindo a via postal.

60- O trabalhador rural, que presta serviços em ambiente nocivo à sua saúde, terá direito ao adicional de insalubridade respectivo?

- a) Não, o adicional de insalubridade somente é devido ao trabalhador urbano.
- b) Sim, demonstrada a existência de trabalho em condições insalubres fará jus o trabalhador rural ao respectivo adicional.
- c) Sim, mas o adicional estará restrito aos trabalhadores rurais que prestam serviços em que proliferam doenças tropicais.
- d) Não, a caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, não prevê nenhuma atividade insalubre no campo.
- e) Não, o trabalhador rural só tem direito ao adicional de periculosidade.

61- O texto constitucional assegura aos trabalhadores domésticos:

- a) Piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, décimo terceiro salário, proteção em face da automação, na forma da lei.
- b) Salário mínimo fixado em lei, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, gozo de férias remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal.
- c) Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, proteção do mercado de trabalho da mulher, salário família.
- d) Fundo de Garantia por tempo de serviço, assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches ou pré-escolas.
- e) Os mesmos direitos que o trabalhador rural por equiparação isonômica.

62- No processo do trabalho os prazos para a parte apresentar agravo de instrumento, impugnação à sentença de liquidação, razões finais, agravo de petição e recurso de revista, são, respectivamente, de;

- a) Dez dias; cinco dias; quarenta e oito horas; oito dias e quinze dias.
- b) Oito dias; quarenta e oito horas; dez minutos; dez dias e oito dias.
- c) Oito dias; cinco dias; dez minutos, oito dias e oito dias
- d) Dez dias; quarenta e oito horas; oito dias, cinco dias e oito dias.
- e) Cinco dias; quarenta e oito horas; dez minutos; oito dias e cinco dias

63- É correto dizer que:

I-na aplicação da lei, o Juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

II-quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a doutrina, a jurisprudência, os princípios gerais de direito, podendo também fundamentar suas razões de decidir nos usos e costumes locais.

III-não se destinando a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

IV-a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica lei anterior, salvo se expressamente o declare.

V-a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido, a coisa julgada e o fim social a que se destina.

Assinale a alternativa correta:

- a)As alternativas II, IV estão incorretas e as alternativas I, III, IV estão corretas
- b)As alternativas II, IV e V estão incorretas e as alternativas I e III estão corretas.
- c)As alternativas III, e V são incorretas e as alternativas I,II e IV são corretas.
- d)Todas as alternativas estão incorretas
- e)Todas as alternativas estão corretas.

64- O julgamento dos crimes contra a organização do trabalho compete ao(s):

- a)Juízes federais.
- b)Juízes estaduais.
- c)Juízes do trabalho.
- d)Tribunais Regionais do Trabalho.
- e)Tribunal Superior do Trabalho.

65- Considere que o artigo 477, CLT, proíbe a quitação das verbas rescisórias em parcelas. Assim foram criados planos de desligamento voluntário, seja por pedido de demissão, seja por incentivo á

aposentadoria como forma de parcelar o pagamento da rescisão. Nos termos desses planos, na sua maioria, verificam-se cláusulas de liquidação de todos os direitos trabalhistas. Nessa circunstância real tem-se que:

- a) O efeito liberatório da solução de um contrato de trabalho albergado nos artigos 840 e seguintes do CC/2002, quando decorrente de plano de incentivo ao desligamento homologado pelo Sindicato, faz coisa julgada, resultando na inviabilização de qualquer reclamatória trabalhista.
- b) Por que, na maioria das vezes garante ao empregado vantagens pecuniárias, o “incentivo” pago ao obreiro, mesmo que em parcelas, por contar com a concordância do trabalhador, substitui e quita todos os demais direitos.
- c) O carimbo de “ressalva de direitos” que os Sindicatos que assiste a homologação utilizam grafando o verso do TRCT, por ser padrão, mesmo que contenham a assinatura das partes, não tem qualquer relevância ante o pacto anterior que celebraram.
- d) Quando a rescisão contratual se dá em função de Aposentadoria incentivada, esta não somente põe fim jurídico e legal ao contrato de trabalho como também resolve todos os haveres do empregado, incluindo-se a multa de 40% sobre os depósitos do FGTS.
- e) A cláusula que trata da quitação de todos os haveres não tem o alcance projetado pelos envolvidos nessa avença.

66- No que pertine à eficácia da lei no tempo e no espaço, prevê o nosso ordenamento jurídico que:

I-salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada.

II-em se tratando de sentença arbitral estrangeira, tem sua eficácia plena assegurada após a sua homologação pelo Supremo Tribunal Federal ou conclusão de processo legislativo e promulgação pelo Presidente do Senado Federal.

III-nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses após oficialmente publicada.

IV-a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

V-aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transportes para outros lugares.

Assinale a alternativa correta:

- a)As alternativas II e V estão incorretas e as alternativas I , III e IV estão corretas.
- b)Apenas a alternativa V está incorreta e as alternativas I,II, III e IV estão

corretas

c) Apenas a alternativa II está incorreta e as alternativas I, III, IV e V estão corretas.

d) Todas as alternativas estão incorretas

e) Todas as alternativas estão corretas.

67- Como substituto processual, o Sindicato de classe de trabalhadores, postulando cumprimento de sentença normativa no que tange à diferença salarial age:

a) Em nome de todos os membros da categoria profissional por ele representada interessados na causa.

b) Apenas em nome de seus associados e beneficiados com a sentença normativa.

c) Em nome próprio, defendendo interesse de todos os membros da categoria aos quais diz respeito à diferença salarial.

d) em nome próprio, pleiteando o direito em foco somente em relação a seus associados.

e) exclusivamente no interesse dos associados que lhe outorgam procuração para esse fim

68- Assinale a alternativa correta. Da sentença que julgou a ação improcedente, proferida com base no artigo 285-A do Código de Processo Civil:

a) o réu poderá apresentar apelação no prazo de 15 dias.

b) o juiz tem a faculdade de, no prazo de 5 dias, não manter a decisão e determinar o seguimento do feito.

c) não existe juízo de retratação, caso haja recurso do autor.

d) interposto recurso pelo autor, o réu deverá ser citado para oferecer contrarrazões em 10 dias.

e) o autor poderá interpor apelação no prazo de 10 dias.

69- Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade:

a) Confederação sindical de âmbito nacional.

b) Entidade de classe de âmbito nacional.

c) Mesa da Câmara Municipal do Distrito Federal.

d) Mesa do Senado Federal.

e) Procurador Geral da República.

70- Em certa ação trabalhista patrocinada por advogado particular, a empresa foi revel. Dentre os pedidos do autor, incluía-se a verba de

honorários de advogado. Não houve prova nos autos de gratuidade de justiça. Decretada a revelia, a ação foi julgada procedente em parte, excluindo da condenação os honorários advocatícios, porque:

- a) a revelia implica confissão quanto a matéria de fato e exclui a de direito.
- b) a confissão ficta inclui a matéria de direito.
- c) o revel deverá ser condenado, com total procedência do pedido, sem indagação se de fato ou de direito a matéria da inicial.
- d) a verba honorária constitui matéria de fato.
- e) a causa era particular.

71- Na forma do artigo 475-O do Código de Processo Civil, poderá a parte promover a execução provisória:

- a) por sua iniciativa e responsabilidade, sem a obrigatoriedade de reparar os danos que eventualmente possam advir para o executado.
- b) levantar depósito em dinheiro em execução provisória, desde que dê caução suficiente e idônea arbitrada pelo Juiz.
- c) sem a obrigatoriedade da caução, quando houver pendência de agravo de instrumento no STF ou STJ.
- d) são corretas somente as afirmativas “b” e “c”.
- e) Todas as alternativas são corretas.

72-Em face das previsões do ordenamento jurídico sobre a responsabilidade civil é lícito afirmar que:

I-aquele que por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo ator do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

II-ressalvados outros casos previstos em lei especial, os danos causados pelos produtos postos em circulação.

III-a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

IV-o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

V-o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Assinale a alternativa correta:

- a) A Alternativa II e V estão incorretas e as alternativas I, III e IV estão corretas.
- b) A alternativa III está incorreta e as alternativas I, II, IV e V estão corretas.

- c)A alternativa II está incorreta e as alternativas I, III, IV e V estão corretas.
- d)Todas as alternativas estão corretas.
- e)Todas as alternativas estão incorretas.

73- O Juiz conhece do pedido posterior quando o Autor postular mais de um e requerer:

- a)simultaneamente, que o Juiz conheça de todos os pedidos que a inicial faz, dando-lhes procedência.
- b)cumulativamente, quando ocorra contra o mesmo réu mais de um pedido, havendo entre eles incompatibilidade.
- c)cumulativamente, quando ocorra contra o mesmo réu mais de um pedido, havendo entre eles incompatibilidade.
- d)em ordem sucessiva, para que o Juiz, não podendo acolher o pedido anterior conheça do posterior.
- e)mais de um pedido, sendo vários os réus.

74- O direito de preferência na tramitação de processos de idosos:

- a)é personalíssimo, cessando com a morte do beneficiário.
- b)se estende somente ao cônjuge supérstite, no caso de morte do beneficiário.
- c)não alcança o empregador pessoa física.
- d)se estende não somente ao cônjuge supérstite, como também ao companheiro ou companheira com união estável, maior de 65 anos.
- e)abarca somente os dependentes habilitados perante a previdência social

75- A assistência social será devida:

- a)Ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares.
- b)Ao idoso que se encontra em período de graça no regime geral da previdência social.
- c)Aos dependentes do segurado de baixa renda, quando não tiver sido cumprido o requisito de carência para o deferimento do auxílio reclusão.
- d)Ao segurado quando deixa de perceber o seguro desemprego.
- e)Ao executor do funeral do pobre, conforme deliberação a ser tomada, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

76- Distribui-se por dependência as causas de qualquer natureza:

- a) quando se relacionarem por conexão ou continência com outra já ajuizada.
- b) quando houver ajuizamento de ações idênticas, ao juízo prevento.
- c) quando, extinto o processo, sem julgamento do mérito, for retirado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros credores e idênticos réus.
- d) quando extinto o processo, sem julgamento do mérito, a ação for repetida, mesmo em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

77- Qual a disposição comum aos crimes de calúnia, difamação e injúria?

- a) Todos eles admitem a exceção da verdade.
- b) Para todos eles é prevista a pena de reclusão.
- c) Todos eles podem ser praticados contra a honra de pessoas vivas ou mortas.
- d) As penas de todos eles são aumentadas, se o crime for cometido contra chefe de estado estrangeiro.
- e) Não há punibilidade, se a ofensa, no caso de qualquer deles, é irrogada em Juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador.

78-Sobre a litigância de má-fé, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz não pode condenar o advogado da parte no pagamento de multa por litigância de má-fé.
- b) A multa para o cumprimento de decisão mandamental (astreintes) e a multa por litigância de má-fé tem a mesma função e natureza jurídica.
- c) Alegar defesa destituída de fundamento pode configurar litigância de má-fé.
- d) Fazer alegações de fato incompatíveis com a realidade pode caracterizar litigância de má-fé;
- e) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo, pode denotar litigância de má-fé.

79- Por previsão constitucional, são de responsabilidade da Previdência Social :

- I – A cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- II- O salário-família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- III- A pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- IV- A promoção da integração ao mercado de trabalho.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente IV está incorreto.
- c) I e II estão incorretos.
- d) I e III estão incorretos.
- e) II e IV estão incorretos.

80-No que pertine aos institutos da prescrição e decadência prevê o nosso ordenamento jurídico que:

I-Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

II-Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

III-Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente.

IV-Os prazos prescricionais somente podem ser alterados por convenção expressa entre as partes e em caso de incapazes com a assistência do curador judicial.

V-A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II, III e V estão corretas e a alternativa IV está incorreta.
- b) As alternativas I, IV e V estão incorretas e as alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas III e V estão incorretas e as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

81- Dentre os delitos abaixo relacionados indicar qual(is) constitui(em) crime(s) contra a administração da justiça:

- a) Falso testemunho ou falsa perícia.
- b) Coação no curso do processo.
- c) Reingresso de estrangeiro expulso.
- d) Fraude processual
- e) Todos são crimes contra a administração da justiça.

82- A respeito do conceito previdenciário de empresa ou de empregador

doméstico, assinale a assertiva incorreta:

- a) Empresa – a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- b) Empregador doméstico – a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
- c) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço.
- d) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade.
- e) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8213/91, a cooperativa.

83-No que diz respeito ao reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras, é correto afirmar que:

I-a sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil, de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento jurídico interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos da Lei 9.307/96.

II-considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional.

III-para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente à homologação do Supremo Tribunal Federal.

IV-aplica-se a homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, no que couber, o disposto nos artigos 483 e 484 do CPC.

V-a eficácia plena no território brasileiro da sentença arbitral estrangeira também pode ser alcançada através de promulgação pelo presidente do Congresso Nacional, após a regular tramitação de processo legislativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas II, IV estão corretas e as alternativas I, III, IV e V estão incorretas.
- b) As alternativas III, IV e V estão corretas e as alternativas I e II estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e V estão corretas e a alternativa V está incorreta.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

84-Assinale a afirmativa correta:

- a) O direito de ação penal de iniciativa privada é pessoal e intransferível, jamais se transmitindo pela morte do ofendido
- b) Nos crimes contra a honra, por atingirem direitos personalíssimos, a

representação pode ser retirada pelo queixoso, no período que medeia entre a denúncia e a sentença.

c) Funciona como circunstância atenuante, no crime de extorsão, o fato de ter sido cometido por duas ou mais pessoas, simultaneamente.

d) A invasão de propriedade alheia, para o fim de esbulho possessório, perpetrado por três ou mais pessoas, sem violência ou grave ameaça, constitui crime de ação pública condicionada.

e) N.D.A.

85- Constituem parcelas integrantes do salário de contribuição, exceto:

a) O salário-maternidade.

b) A ratificação natalina para todos os fins.

c) A remuneração paga.

d) O salário-base para o contribuinte individual.

e) A remuneração registrada na Carteira de Trabalho para o empregado doméstico.

86- Com respeito à testemunha, quando a designação de audiência é cientificada exclusivamente no documento expedido no momento do ajuizamento, portanto, sem prescrição específica de penalidade, mas a parte reclamante protocoliza rol, considerando a Lei:

I- já na audiência de instrução, a troca de testemunhas é indeferida pelo juízo, por também inviabilizar eventual objeção legal contida no artigo 839 da CLT, entendendo que o rol apresentado bloqueou qualquer outro nome de testemunha a ser ouvida pela parte, dando por encerrada a questão.

II- o juízo questiona a parte ex adversa se concorda com a troca indeferindo qualquer eventual contradita, pois tacitamente aceita as testemunhas trazidas.

III- tendo em vista o disposto no artigo 825 da CLT, o juízo pode ouvir outras testemunhas mesmo que não mencionadas no rol.

IV- o juízo, ex officio, redesigna nova audiência de instrução para que a parte que arrolou testemunhas com elas compareça, sob pena de preclusão ou de oitiva somente das que comparecerem.

V- ouve-as como informante, sem compromissá-las.

Assinale a alternativa correta;

a) As alternativas I e II estão corretas

b) Só a alternativa III está correta

c) A alternativa IV completa a correção da alternativa II no caso de discordância da parte adversa pela troca.

d) Nenhuma alternativa está na conformidade da lei.

e) Só a alternativa V está correta.

87- A respeito da Convenção nº 95 da OIT, é lícito afirmar que:

I-Cuida do pagamento em dinheiro dos trabalhadores.

II-De autorização para descontos nos salários dos trabalhadores, inclusive de rubricas previstas em convenção coletiva ou sentença arbitral, tais como contribuições confederativa e assistencial.

III-Proteção do salário contra penhora e privilégios em caso de falência ou liquidação judicial.

IV-Periodicidade no pagamento dos salários.

V-Foi ratificada pelo Brasil.

Assinale a alternativa correta:

a)Apenas a alternativa II está incorreta.

b)As alternativas III, IV e V estão corretas e as alternativas I e II estão corretas.

c)Apenas as alternativas III e V estão corretas.

d)Todas as alternativas estão corretas.

e)Todas as alternativas estão incorretas.

88- Da decisão monocrática proferida em ação de mandado de segurança de competência originária do TRT que extingue o feito sem apreciação do mérito, cabe:

a)Recurso ordinário para o TST.

b)Recurso de revista para o TST.

c)Embargos ao Pleno do TRT.

d)Agravo Regimental.

e)Agravo de Instrumento.

89 – O Sindicato detém legitimidade ativa para pleitear adicional de insalubridade, atuando como substituto processual dos trabalhadores da categoria profissional que representa. Diante dessa premissa, é correto afirmar que:

a)Processo com idêntico objeto ajuizado concomitantemente pelo trabalhador, será extinto sem resolução de mérito, por configurada litispendência.

b)Julgada improcedente a ação em que o Sindicato atua como substituto processual, por não provadas condições insalubres de trabalho, ao trabalhador é facultado o ajuizamento de dissídio individual, porque os efeitos da coisa julgada, no caso, são mitigados.

c)Julgada procedente a ação em que o Sindicato atua como substituto processual, os efeitos da coisa julgada alcançam todos os trabalhadores

substituídos.

d)A legitimidade ativa do trabalhador para ajuizar reclamação trabalhista com o mesmo objeto é concorrente, mas para se beneficiar de eventual decisão favorável ao Sindicato substituto deve requerer suspensão da ação individual no prazo legal, tão logo seja intimado da existência da ação coletiva.

e)Todas as alternativas anteriores estão corretas.

90- Renato Pestana é médico devidamente inscrito no CRM. Desempenha as funções de Pesquisador Médico em um laboratório internacional que se dedica a pesquisas e desenvolvimento de remédios. Seu contrato de trabalho foi celebrado nos Estados Unidos da América, porém o local da prestação dos serviços é na filial localizada em São Paulo; a sede da empresa no Brasil é no Rio de Janeiro. Seu salário é pago parte em cruzeiros e parte em dólares americanos. Nesta hipótese é correto dizer que:

a)A norma coletiva que se aplica é a dos médicos do Rio de Janeiro.

b)Sua jornada legal de trabalho é de 4 horas diárias.

c)A competência para julgar eventual reclamação trabalhista é de uma das Varas do Trabalho do Rio de Janeiro.

d)Os valores recebidos como complementação de ganho, por virem do exterior, não promovem reflexos.

e)Todas as alternativas estão incorretas.

91- A decisão que indefere liminarmente os embargos à execução onde a executada impugnava a sentença de liquidação, pode ser impugnada por meio de e o acórdão que julgar esse recurso determinará.....

a)Agravo de instrumento; julgamento dos embargos à execução.

b)Agravo de instrumento;julgamento da sentença liquidação.

c)Agravo de petição;julgamento da sentença de liquidação.

d)Agravo de petição;julgamento dos embargos à execução.

e)Agravo de petição;o prosseguimento da execução com a marcação de hasta pública.

92- Considerando que a sociedade por estar sempre em mutação de suas expectativas também interfere nas relações de trabalho e de emprego, é inquestionável o desejo de muitos, aqui no Brasil, que se flexibilize a CLT. Por conseguinte, fala-se há muito de reformas, seja trabalhista, seja previdenciária, ou até mesmo de mudanças no

procedimento da Justiça do Trabalho, inclusive quanto ao Poder Normativo. De acordo com a Súmula 331 o C. Tribunal Superior do Trabalho:

- a) é da flexibilização da legislação do trabalho que decorre a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, seja qual for sua natureza jurídica.
- b) a contratação de trabalho terceirizado para qualquer de suas atividades por intermédio de empresa interposta, não gera responsabilidade trabalhista para o tomador dos serviços.
- c) a contratação de serviços terceirizados somente pode ocorrer se o serviço se resumir aos casos de asseio, limpeza e conservação e por prazo jamais superior a 180 dias.
- d) a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços será sempre decretada pelo juízo seja qual for a natureza desse serviço e a natureza jurídica de seu contratante.
- e) as empresas públicas que contratam serviços de segurança e vigilância privada não respondem pelos débitos trabalhistas que aquela interposta contraiu, desde que exijam comprovantes de pagamento das obrigações trabalhistas de seus empregados.

93- Pode autarquia administrativa federal, criada para ministrar ensino jurídico, receber doação condicionada à instalação, no prédio em que funciona, de hospital para tratamento e cura de tuberculose?

- a) Pode, porque há compatibilidade entre a doação e os fins a que se propõe o Estado.
- b) Não pode, porque isso contraria o princípio do poder-dever, sendo, pois, nula de pleno direito a doação.
- c) Pode, porque lei alguma dispõe em sentido contrário e a Constituição diz que ninguém pode fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser em virtude de lei.
- d) Não pode, porque isso contraria o princípio da especialidade, sendo, assim, nula de pleno direito a doação feita.
- e) Pode, porque o Estado é legítimo donatário, estando plenamente capacitado para tanto.

94- São responsáveis pela reparação civil:

- I- Os pais, pelos filhos menores que tiverem sobre sua autoridade e em sua companhia.
- II- Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

III-O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

IV-O tutor e o curador, pelos pupilos curatelados, que se acharem nas mesmas condições.

V - Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos, onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educadores.

Assinale a alternativa correta:

a) As Alternativas I, II, III e IV estão corretas e a alternativa V está incorreta.

b) As alternativas II e V estão incorretas e as alternativas I, III, IV estão corretas.

c) As alternativas III e IV estão incorretas e as alternativas I, II e V estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

95- Podem requerer a recuperação judicial, porque legitimados:

a) o empresário, o cônjuge sobrevivente e os herdeiros.

b) a sociedade empresária.

c) o inventariante e o sócio remanescente.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) Somente as afirmativas “b” e “c” estão corretas.

96- Considerada sua natureza jurídica, a autarquia é:

a) pessoa jurídica pública política, de capacidade genérica.

b) pessoa jurídica pública administrativa, de capacidade específica.

c) pessoa jurídica pública de existência necessária.

d) pessoa jurídica privada de capacidade específica.

e) pessoa jurídica pública de capacidade específica.

97- A empregada pleiteia rescisão indireta do contrato de trabalho e indenização por danos morais, ambas fundadas em alegado assédio sexual por parte do sócio, que é incluído no pólo passivo da reclamação. Em contestação, o reclamado pessoa física argúi ilegitimidade passiva, comprovando que é homônimo do verdadeiro sócio que consta do contrato social. Em reconvenção, postula condenação em indenização por danos materiais e morais, em vista dos gastos que despendeu com a defesa, bem como pelo constrangimento que lhe foi imposto. A reclamação trabalhista é julgada procedente quanto à empresa, mas

extinto o processo sem resolução do mérito quanto ao co-réu. Ao apreciar a reconvenção, o juiz acertadamente conclui que:

- a) A reconvenção é improcedente, porque o assédio sexual restou provado, não restando caracterizado o ato ilícito a autorizar indenização ao terceiro, embora equivocadamente chamado a compor o pólo passivo.
- b) O terceiro, não detendo legitimidade passiva quanto à reclamação trabalhista, também não é parte ativa legítima para o pedido reconvenicional, pelo que extingue o processo sem resolução de mérito quanto a este.
- c) A reconvenção, embora cabível na Justiça do Trabalho, deve cingir-se a temas relativos à relação de trabalho, no que não se inclui indenização por danos materiais e morais, cujo fundamento jurídico se encontra no Código Civil, pelo que encaminha o processo à justiça comum.
- d) Havendo competência da Justiça do Trabalho para ação de indenização por danos materiais e morais, julga a reconvenção procedente, condenando o advogado da trabalhadora por sua incúria no exercício da profissão, conforme autorização expressa no Estatuto da Advocacia.
- e) A matéria deve ser dirimida em âmbito próprio e no foro competente, eis que se trata de responsabilidade civil do profissional no exercício de seu mister, não estando o pedido reconvenicional abarcado na competência da Justiça do Trabalho, mesmo após a Emenda Constitucional 45/04.

98- Considerando as seguintes proposições, assinale a alternativa correta:

I-Ato administrativo é o ato jurídico editado pelo Estado em matéria administrativa.

II-Os atos de anulação e de revogação, no âmbito da própria Administração, são necessariamente e sempre, classificados como “atos administrativos desconstitutivos”.

III-Ato administrativo é espécie do gênero ato de gestão.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) As proposições I e II estão incorretas.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) As proposições I e III estão incorretas.
- e) As proposições I e II estão corretas.

99- A Constituição Federal consagra no art. 8º o princípio da liberdade sindical. Sob essa premissa, é correto afirmar que:

- a) Os trabalhadores e as empresas têm ampla liberdade de constituir sindicatos, subordinada apenas à conveniência das classes envolvidas e

segundo critérios eleitos em assembléia regularmente convocada para essa finalidade.

b) A criação de sindicato fica subordinada aos parâmetros do art. 511 da CLT, recepcionado pela nova ordem constitucional, uma vez que mantida a unicidade territorial.

c) O trabalhador pode se filiar ao sindicato que melhor atenda a sua própria conveniência, ficando, o contrato individual de trabalho, subordinado às normas coletivas subscritas pela entidade profissional assim escolhida.

d) Ao trabalhador que compõe categoria diferenciada se aplicam as normas coletivas subscritas pelo sindicato profissional correspondente, independentemente da participação do sindicato da categoria econômica que representa o empregador.

e) As alternativas “a” e “c” estão corretas.

100-É princípio aplicável especificamente á previdência social:

a) Amparo às crianças e adolescentes carentes.

b) Autonomia da vontade.

c) Participação da iniciativa privada em caráter concorrente.

d) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente.

e) Acesso universal igualitário.

XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

A Comissão Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais do XXXIII Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região comunica a todos os interessados, após análise das impugnações apresentadas pelos candidatos, o gabarito definitivo, da Prova de Conhecimentos Gerais (1ª e 2ª etapas), a qual foi realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2007.

G A B A R I T O

1- D	26-D	51-B	76- Anulada
2- E	27-E	52-D	77- D
3- B	28-A	53-D	78- B
4- C	29-E	54-D	79- B
5- B	30-C	55-E	80- A
6- A	31-A	56-C	81- E
7- A	32-A	57-B	82- Anulada
8- B	33-C	58-A	83- Anulada
9- E	34-C	59-D	84- E
10-C	35-D	60-B	85- B
11-C	36-E	61-B	86- B
12-D	37-E	62-C	87- D
13-B	38-A	63-Anulada	88- D
14-C	39-C	64-A	89- D
15-B	40-B	65-E	90- E
16-C	41-B	66-C	91- D
17-B	42-A	67-D	92- D
18-E	43-B	68-B	93- D
19-C	44-D	69-C	94- D
20-A	45-D	70-A	95- D
21-D	46-D	71-D	96- B
22-E	47-E	72-C	97- E
23-C	48-A	73-D	98- E
24-D	49-E	74-Anulada	99- B
25-D	50-B	75-A	100-D

São Paulo, 12 de junho de 2007

Juiz Sérgio Winnik
Presidente da Comissão

Juíza Cátia Lungov
Membro da Comissão

Advogado Antonio Roberto da Veiga
Representante da OAB